

Escravos nas estâncias e nos campos: escravidão e trabalho na Campanha Rio-grandense (1831-1870)*

Luís Augusto Ebling Farinatti**

Introdução

Joaquim tinha 20 anos em 1834. Por essa época, seu ofício era ser campeiro na estância da família Batista de Castilhos, em Alegrete, na região da Campanha, sudoeste da província do Rio Grande do Sul.¹ Joaquim trabalhava nos repontes de gado que deviam se fazer amiúde para que os animais não se evadissem, naquele mundo onde a pecuária era praticada em estabelecimentos que não eram cercados. Nas épocas em que se precisava “parar rodeio”, ele e seus companheiros partiam a cavalo e embrenhavam-se nos confins da estância, pastoreando o gado em direção ao local onde ele seria reunido para que se efetuassem tarefas como a cura de feridas, a contagem das reses e, uma vez por ano, as laboriosas fainas da marcação e castração dos animais jovens.

Joaquim era negro, africano e escravo.

A imagem clássica da pecuária tradicional sulina a descreve como uma atividade levada a cabo por homens livres, em geral mestiços de índios e brancos, sem vínculos familiares importantes. Essa visão insere-se em uma tradição historiográfica que percebe a pecuária, por seu caráter de atividade voltada para o mercado interno, como incapaz de gerar uma acumulação que pudesse sustentar a incorporação contínua de cativos. Nas últimas décadas, porém, surgiram estudos assentados sobre larga base empírica, que têm demonstrado a importância do trabalho escravo em diversas regiões de criação de gado no Brasil colonial e oitocentista.² No caso do Rio Grande do Sul, as obras mais recentes começam a reconhecer que o trabalho escravo nas estâncias era importante no próprio costeio do gado (nesse caso, ao lado de peões livres) e não apenas em atividades

* Trabalho apresentado no VI Congresso Brasileiro de História Econômica.

** Doutorando em História Social no PPGHIS-UFRJ. Mestre em História do Brasil pela PUCRS.

¹ “Inventário *post mortem*. Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes. N 28, M 02, A 1834.” As referências a inventários neste artigo apresentarão esta disposição, onde “N” significa número do processo, “M” o maço e “A” o ano de sua abertura. Os arquivos referidos aqui serão abreviados da seguinte forma: Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APRS) e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG).

acessórias, como os trabalhos de construções, serviços domésticos e da agricultura interna a essas unidades produtivas.³ Todavia, são ainda raros os trabalhos monográficos que permitam conhecer com mais profundidade as características da população escrava presente nas zonas sulinas de pecuária extensiva, os níveis de concentração desses trabalhadores entre os senhores locais, as atividades nas quais de fato eram empregados e as transformações sofridas por esses aspectos ao longo do tempo.

Em trabalho anterior, analisamos esses aspectos no município de Alegrete, entre 1831 e 1850.⁴ No presente trabalho, por sua vez, tomamos aquelas conclusões e as agregamos aos dados referentes ao período que vai de 1851 a 1870. Aqui, os esforços estão centrados na busca de analisar as transformações sofridas pelo acesso ao trabalho cativo naquele meado de século, sobretudo a partir do impacto do final do tráfico atlântico de africanos escravizados, em 1850. Como veremos, o trabalho escravo desempenhava importante papel tanto nas grandes estâncias quanto nos campos pertencentes aos produtores de menor envergadura econômica. Contudo, tanto as características de seus plantéis, quanto os efeitos das transformações ocorridas ao longo do período estudado foram diferentes para os diversos senhores. Por fim, é preciso apontar para o fato de que este estudo consiste apenas em uma primeira aproximação ao tema, uma forma de *começar* a definir os principais traços da utilização dos trabalhadores escravizados em uma região específica da pecuária tradicional sulina.

Fontes

As principais fontes empregadas aqui são os inventários *post mortem* abertos em Alegrete, entre 1831 e 1870. Antes de tudo, é necessário referir que não há como testar com rigor a representatividade desta fonte. O município era muito extenso e sua densidade populacional, bastante baixa, o que poderia implicar em dificuldades para a abertura de inventários por intermédio dos moradores de áreas mais distantes da vila. Como se não bastasse, houve uma guerra de permeio. A Revolução Farroupilha (1835-1845) teve a

² Entre outros: PETRONE, 1976. LENHARO, 1979. MOTT, 1979. SILVA, 1996. FARIA, 1998. GORENDER (1992, 1ª. Ed. 1978). GUTIERRES, 1999.

³ ZARTH, 1997 e 2003. BELL, 1998. OSÓRIO, 1999. FARINATTI, 2003 e 2004a .

⁴ FARINATTI, 2004a .

Campanha como teatro de operações, sendo que Alegrete foi a última das três capitais da República Rio-grandense, ocupando o posto entre 1840 e 1845.

Porém, apesar de todas essas ressalvas, exatamente naquele período e espaço tratados, o conjunto de inventários *post mortem* assume uma importância singular para o estudo de história econômica e social. Ali, não restaram quaisquer fontes semelhantes às listas nominativas e mapeamentos de população, que apontam os moradores por “fogos”, muitas vezes indicando sua ocupação, sexo, estado civil, cor, estatuto jurídico, etc., freqüentes em outras épocas e áreas do Brasil colonial e do século XIX. Por conseguinte, em que pesem suas limitações (e é preciso tê-las sempre em mente), os inventários aparecem como fontes realmente importantes para o estudo da presença escrava no município. Foram levantados 232 processos, sendo que 204 tiveram prosseguimento, permitindo sua utilização para a pesquisa e 181 deles possuíam bens rurais. Para a composição dessa amostragem, foram levantados todos os inventários do período que se estende de 1831 até 1850 e todos os processos de um a cada dois anos, entre 1851 e 1870.⁵

Em virtude do fato de que, neste artigo, enfatizamos a relação entre escravidão e pecuária (principal atividade econômica do município), trabalhamos especificamente com os 181 processos referentes a titulares que possuíam bens rurais.

Criadores de toda a monta

Ao longo do século XIX, Alegrete era o maior município pecuário da principal zona de criação de gado da província, a Campanha, na região de fronteira com a República do Uruguai.⁶ Tratava-se de uma planície levemente ondulada, coberta predominantemente por campos. Ainda que esses campos não fossem de qualidade homogênea, ali estavam as melhores pastagens da província, sendo apenas inferiores àquelas localizadas mais ao sul, além fronteira, já em terras uruguaias.⁷ A conquista e a

⁵ ““Inventários *post mortem*. Cartório de Órfãos e Ausentes. Cartório do Cível. Cartório da Provedoria. Alegrete. APRS.” Esse procedimento foi adotado em razão de que os anos que se estendem entre 1831 e 1850 abrigam o menor número processos. Não há dúvidas que a guerra e a necessidade de reordenação da vida que ela deve ter imposto a muitos teve aí uma parcela de responsabilidade. Contudo, essa desproporção também se deve ao fato de que ocupação estável daquelas terras data apenas das primeiras décadas do século XIX e a população do jovem município, na primeira metade do século, era certamente menor do que nas décadas seguintes.

⁶ FARINATTI, 2004a .

⁷ FARINATTI, 2004b.

ocupação estável daquela área pelos luso-brasileiros ocorreu nas duas primeiras décadas do século XIX, em um processo rápido de apropriação dos territórios antes disputados com o Império Espanhol. Alegrete foi elevado a município em 1831, três anos depois da derrota final do Império Brasileiro nas Guerras Cisplatinas. Alegrete e toda a Campanha passavam, então, a constituir-se na estremadura dos domínios brasileiros junto aos lindes que o separavam da república uruguaia. Do outro lado da linha de fronteira, em toda a metade norte do Uruguai, muitos estancieiros brasileiros possuíam terras, gado, relações comerciais, políticas e familiares, tornando aquele um espaço fronteiriço bastante integrado e pleno de intercâmbios sociais e econômicos.⁸

A ocupação daquelas terras gerou, em Alegrete, uma estrutura agrária onde se formaram grandes estâncias, abrigando cada uma mais de 2.000 e, por vezes, mais de 10.000 reses. Ao lado desses enormes estabelecimentos havia um número expressivo de medianos e pequenos produtores, muitos deles sem a propriedade da terra onde criavam seus gados e plantavam suas pequenas lavouras. Nas quatro décadas que se estendem entre 1831 e 1870 essa configuração agrária apresentou transformações e continuidades. Em primeiro lugar, preservou-se ao longo de todo o período a diversidade da envergadura econômica dos criadores de gado. Ao contrário da clássica imagem da Campanha Riograndense como uma sociedade dicotomizada entre os grandes estancieiros e seus peões, em Alegrete a pecuária era praticada tanto por grandes criadores quanto por produtores mais modestos.

No entanto, a composição dessa desigualdade entre os próprios pecuaristas variou bastante. Aquela conformação onde os de grandes estancieiros, donos de rebanhos que alcançavam os milhares, monopolizavam também a propriedade da terra, típica da fase de conquista, ainda se expressava na década de 1830, mas foi se transformando ao longo do período estudado. O número de grandes estancieiros diminuiu significativamente. Eles passaram a compor um pequeno grupo de famílias bastante entrelaçadas entre si e que, apesar de pouco numeroso, controlava grande parte das terras, animais e escravos no município. Ao lado dele, estava um estrato cada vez mais largo de medianos e pequenos

⁸ BARRAN e NAHÚM, 1967. BLEIL e PRADO, 2004. BORUCKI, CHAGAS e STALLA, 2004.

produtores (estes com menos de 500 reses), que então eram, em maioria, proprietários das terras onde pastavam seus rebanhos.⁹

A principal produção do município eram os bovinos comercializados anualmente para as charqueadas do leste da província, que vendiam carne salgada para os portos do Rio de Janeiro, de Salvador e de Recife, além de couros e outros “efeitos do gado” para a Europa e Estados Unidos.¹⁰ A pecuária bovina era levada a cabo através de uma combinação de trabalho livre e escravo no trato do gado, além do emprego de escravos em outras atividades internas às unidades produtivas.¹¹ Vejamos, agora, as características gerais da população escrava no município, ao longo do período em estudo e a variação na concentração e no acesso aos escravos por parte dos produtores de diferentes condições econômicas.

Transformações na composição da população escrava

Em estudo anterior, analisamos as características da população escrava em Alegrete entre 1831 e 1850. Ali, percebemos que a relação entre os sexos apresentava-se bastante desequilibrada, com uma média de mais de 177 homens para cada 100 mulheres escravas (razão de masculinidade de 177,6; com uma proporção de apenas 36% de cativas mulheres no universo total analisado). Quanto à origem, os africanos representavam 42,4% daquela população. Esses dados costumam estar intimamente relacionados entre si,¹² e não foi diferente em Alegrete. A predominância masculina era maior entre os africanos, sendo que a população crioula tendia a apresentar uma proporção mais harmônica entre os sexos, ainda que os homens permanecessem como dominantes.¹³

Como notamos então, esses números são bastante inferiores aos encontrados em regiões de expansão das lavouras de café do Vale do Paraíba fluminense, nas décadas de 1840 e 1850.¹⁴ Porém, o percentual de africanos não ficava tão distante dos 50% encontrados por Bert Barickman para as lavouras de cana e os engenhos de açúcar do Recôncavo Baiano, entre 1790 e 1860. Sobretudo, a taxa de masculinidade de 177,6 em

⁹ FARINATTI, 2004b.

¹⁰ CORSETTI, 1983. BELL, 1998

¹¹ FARINATTI, 2003.

¹² FARIA, 1998.

¹³ FARINATTI, 2004a .

¹⁴ FRAGOSO, 1983.

Alegrete era superior aos 143 encontrados por Barickman na produção açucareira. E mais, no mesmo trabalho sobre o Recôncavo Baiano, os sítios produtores de fumo apresentavam uma relação equilibrada entre homens e mulheres (“108”) e uma presença de apenas 23% de africanos entre os cativos ali presentes.¹⁵

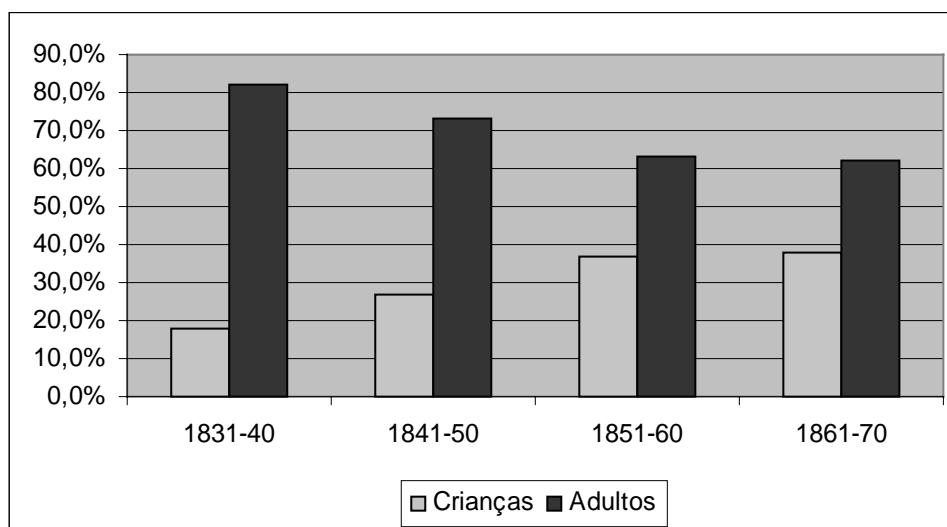
Assim, apesar da predominância dos crioulos na população escrava em Alegrete, entre 1831 e 1850, a presença de cerca de 42% de africanos é significativa. Ao lado da alta taxa de masculinidade, ela indica que parte importante da reposição dos cativos da região era feita a partir da compra, muitas vezes de africanos. Assim, apesar de seu caráter de produção voltada para o mercado interno, a pecuária extensiva tinha por característica a incorporação contínua de trabalhadores escravos. Por outro lado, a alta taxa de masculinidade está intimamente relacionada com as atividades para as quais se demandavam cativos na região. Ainda que os escravos fossem empregados em diversas ocupações dentro dos estabelecimentos pastoris, a requisição de parte importante deles para o trabalho direto do costeio do gado parece ter sido um dos fatores responsáveis pela preferência na compra de cativos homens por parte dos senhores da Campanha.

Tendo retomado esses aspectos, podemos partir para a análise das variações que esses percentuais, bem como o da presença de crianças escravas,¹⁶ experimentaram em Alegrete nas quatro décadas que vão de 1831 a 1870. Vejamos os gráficos “1” a “3”.

GRÁFICO “1”
Percentual de Crianças Escravas em Alegrete
(1831-1870)

¹⁵ BARICKMAN, 2003.

¹⁶ Consideramos “crianças” escravas aquelas que possuíam até 14 anos de idade.



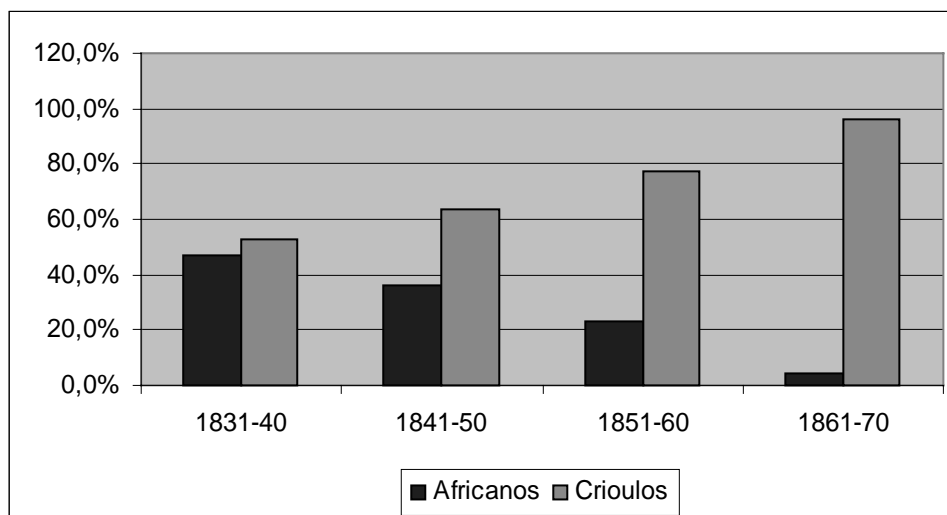
Fontes: 181 inventários *post mortem*. Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes. Cartório do Cível e Crime. Cartório da Provedoria. A. 1831-1870. APRS.

GRÁFICO “2” Mulheres e Homens Escravos em Alegrete (1831-1870)



Fontes: 181 inventários *post mortem*. Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes. Cartório do Cível e Crime. Cartório da Provedoria. A. 1831-1870. APRS.

GRÁFICO “3”
Africanos e Crioulos Escravizados em Alegrete
(1831-1870)



Fontes: 181 inventários *post mortem*. Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes. Cartório do Cível e Crime. Cartório da Provedoria. A. 1831-1870. APRS.

Seguindo os dados expressos nos gráficos “1” a “3” encontramos, na década de 1830, o maior percentual de escravos homens e de africanos, bem como a menor presença de crianças nos plantéis de escravos descritos nos inventários *post mortem* de Alegrete. A tendência do movimento que se segue, ao longo do período em foco, vai na direção de uma ampliação do percentual de crianças, um maior equilíbrio entre os sexos e uma redução drástica do número de africanos. Aqui não há grandes novidades. Já seria de se esperar tal rumo na progressão desses fatores ao longo das décadas pesquisadas, sobretudo após o final do tráfico atlântico de cativos, em 1850. Como é sabido, o Rio Grande do Sul foi uma região vendedora de escravos na dinâmica do tráfico inter-provincial.¹⁷ Além disso, também é de se supor que as regiões mais capitalizadas e necessitadas de escravos da própria província, como as áreas de charqueadas no leste, drenassem cativos das regiões mais especializadas na pecuária. Porém, essas conclusões não resumem tudo. Como veremos adiante, esse processo apresentou matizes diversos que precisam ser contemplados na análise.

¹⁷ MAESTRI, 2002.